MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO-IFRJ

RESOLUÇÃO Nº 08 DE 21 DE MARÇO DE 2018.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR E REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO – IFRJ, nomeado pelo Decreto de 06 de maio de 2014, publicado no Diário Oficial da União, de 07 de maio de 2014, empossado no Ministério da Educação no dia 14 de maio de 2014, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e, tendo em vista o Memorando nº 17/2018/Audin e a Reunião do Conselho Superior de 21 de março de 2018,

R E S O L V E:

1 - **Aprovar,** conforme anexo a esta Resolução, o Planejamento Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT 2018, deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ;

2 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

PAULO ROBERTO DE ASSIS PASSOS
Presidente

INSTITUTO FEDERAL
Rio de Janeiro

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT 2018)

PERÍODO/EXERCÍCIO:
Janeiro a dezembro de 2018

Objeto: **Planejamento das atividades de auditoria**

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 2

2 A INSTITUIÇÃO 3

2.1 Missão 3

2.2 Visão 3

2.3 Valores 3

2.4 Unidades 3

3 O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) 2014-2018 4

3.1 Fortalezas 4

3.2 Fraquezas 4

3.3 Oportunidades 5

3.4 Ameaças 5

4 MACROPROCESSOS INSTITUCIONAIS E TEMAS 6

5 PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA IFRJ 2017-2022 6

6 PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES DA INSTITUIÇÃO 7

7 METODOLOGIA PARA O PLANEJAMENTO DOS TRABALHOS DA AUDITORIA INTERNA DO IFRJ - MATRIZ DE RISCOS IFRJ PARA OS TEMAS DA ÁREA-MEIO ... 8

8 RELAÇÃO DOS TEMAS PASSÍVEIS DE SEREM TRABALHADOS – ÁREA-MEIO 15

9 IDENTIFICAÇÃO DOS TEMAS CONSTANTES DA MATRIZ DE RISCO, A SEREM DESENVOLVIDOS NO EXERCÍCIO SEGUINTE – ÁREA-MEIO 16

10 IDENTIFICAÇÃO DOS TEMAS A SEREM DESENVOLVIDOS – ÁREA-MEIO 16

11 METODOLOGIA PARA O PLANEJAMENTO DOS TRABALHOS - ÁREA FINALÍSTICA 16

11.1 Metodologia do cálculo do risco associado à probabilidade para a área-fim 18

12 IDENTIFICAÇÃO DOS TEMAS – ÁREA FINALÍSTICA 21

13 TEMAS QUE SERÃO REALIZADOS A PARTIR DAS MATRIZES DE RISCO ... 23

14 AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS 23
15 ATIVIDADES QUE FAZEM PARTE DA ROTINA DA AUDIN 24
16 CRONOGRAMA DE REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES - 2018 24
17 CONCLUSÃO 26
BIBLIOGRAFIA 28

Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Auditoria Interna

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA – PAINT 2018

1 INTRODUÇÃO

O Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) resulta do planejamento feito pela Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), conforme os preceitos contidos na Instrução Normativa n° 24, de 17 de novembro de 2015, os quais nortearão as atividades que serão concretizadas no ano seguinte ao vislumbrado no PAINT.

Na elaboração do PAINT, a unidade de auditoria interna deverá considerar o planejamento estratégico, a estrutura de governança, o programa de integridade e o gerenciamento de riscos corporativos, os controles existentes, os planos, as metas, os objetivos específicos, os programas e as políticas do respectivo órgão ou entidade.

Os trabalhos propostos visam acompanhar, orientar e avaliar a gestão do IFRJ, além de prevenir suas fragilidades potenciais. Dentre seus objetivos, a auditoria interna busca assegurar a regularidade da gestão, assessorando o Magnífico Reitor quanto à aplicação regular e adequada dos recursos e bens disponíveis, assegurando o fiel cumprimento das leis, normas, regulamentos e instruções advindas dos poderes constituídos e órgãos competentes.

Dessa feita, tendo em mente o esboço do PAINT aqui encaminhado, destaca-se que o mesmo foi confeccionado consoante as determinações da Instrução Normativa (IN) nº 24/2015 da Controladoria-Geral da União (CGU).

O PAINT conterá, no mínimo, conforme Art. 4º da IN nº 24/2015:

> I - relação dos macroprocessos ou temas passíveis de serem trabalhados, classificados por meio de matriz de risco, com a descrição dos critérios utilizados para a sua elaboração;
>
> II - identificação dos macroprocessos ou temas constantes da matriz de risco, a serem desenvolvidos no exercício seguinte, considerando o prazo, os recursos disponíveis e os objetivos propostos; e
>
> III - estimativa de horas destinadas às ações de capacitação e participação em eventos que promovam o fortalecimento das atividades de auditoria interna.
>
> § 1º A matriz de risco conterá o resultado da análise dos riscos associados a um macroprocesso ou tema, em termos de impacto e de probabilidade, que possam vir a afetar os objetivos do órgão ou entidade pública

§ 2º As ações de capacitação e participação em eventos previstas no PAINT deverão estar alinhadas às atividades de auditoria, de acordo com o seu caráter multidisciplinar e a atuação profissional dos servidores.

2 A INSTITUIÇÃO

2.1 Missão

A missão do IFRJ é a forma de traduzir seu sistema de valores em termos de crenças e linhas de atuação, considerando as suas tradições e filosofias. A importância que se dá à missão está relacionada ao fato de que ela é uma diretriz da qual se derivam vários objetivos estratégicos voltados ao alcance da excelência. A missão assim identificada, após validação pelos seus integrantes, exerce função orientadora a todo o sistema de planejamento. É o *porquê* que justifica muitas ações empreendidas rotineiramente que constituem o IFRJ.

"Promover educação profissional, científica e tecnológica contribuindo para a formação de cidadãos críticos que possam atuar como agentes de transformação e inclusão social."

2.2 Visão

Cabe aos líderes do IFRJ a responsabilidade de proporcionar significado prático à visão de futuro, além de alinhar a perspectiva de cada pessoa a uma mesma e correta direção, escolhida pelas lideranças do Instituto.

"Ser uma Instituição reconhecida pela sociedade como referência em educação profissional, científica e tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino."

2.3 Valores

Toda organização que deseja implementar seu planejamento estratégico deve por excelência demonstrar com clareza os valores que orientam sua gestão estratégica. Os valores traduzem as crenças nas quais acreditamos e regem as relações sociais que transformam em realidade concreta o pensamento estratégico.

Ética | Inclusão | Comprometimento | Transparência | Integração

2.4 Unidades

O IFRJ é composto das seguintes unidades: uma reitoria e 15 *campi*, a saber: Arraial do Cabo, Belford Roxo, Duque de Caxias, Engenheiro Paulo de Frontin, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Paracambi, Pinheiral, Realengo, Resende, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti e Volta Redonda.

3 O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) 2014-2018

Após a construção das matrizes de riscos dos setores, a Auditoria Interna do IFRJ (Audin), na elaboração do seu Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT-2018), considerou o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRJ (PDI 2014-2018), adotado com o fim de atender à exigência contida no Artigo 3º da IN nº 24, de 17 de novembro de 2015, que diz:

> Art. 3º Na elaboração do PAINT, a unidade de auditoria interna **deverá considerar** o **planejamento estratégico**, a estrutura de governança, o programa de integridade e o gerenciamento de riscos corporativos, os controles existentes, os planos, as metas, os objetivos específicos, os programas e as **políticas do respectivo órgão ou entidade**. (Grifos acrescidos.)

O PDI do IFRJ é a expressão do que é o Instituto e do seu norte, de suas referências para o seu devir, o vir a ser estabelecido pela e para a comunidade, não se tratando de um projeto de Estado, de governo ou de gestão.

O cenário interno e externo mencionado no PDI 2014-2018 é demonstrado a seguir:

3.1 Fortalezas

- Oferta de cursos em diversos níveis – técnico, graduação, pós-graduação, Educação para Jovens e Adultos (EJA), Formação Inicial Continuada (FIC) e Educação a Distância (EaD);
- Crescimento institucional com presença em diversos municípios;
- Cursos bem-elaborados e projetados com elementos inovadores e alicerçados na legislação educacional e no mundo do trabalho;
- A prática da Gestão colegiada;
- Corpo docente com titulação adequada;
- A capacidade de o IFRJ formar profissionais competentes.

3.2 Fraquezas

- Falta de política de capacitação de servidores;
- Insuficiência de Políticas de acesso, permanência êxito acadêmico;
- Insuficiência de cargos e funções gratificadas;
- Comunicação interna e fluxo de informação deficitário;
- Falta de Sistema de Gestão de Pessoas;
- Marketing institucional;
- Estrutura física e administrativa insuficiente para atender às demandas;
- Falta de metodologias para a realização de estudos de demanda que orientem as ações de abertura de cursos e ações de pesquisa e extensão;
- Gestão centralizada – Reitoria;
- Carência de força de trabalho.

3.3 Oportunidades

- Parcerias com instituições públicas e privadas (prefeituras, empresas públicas e privadas, agências de fomento de pesquisa e projeto etc.);
- Expansão e interiorização da Rede dos Institutos Federais;
- Grande demanda de políticas inclusivas e capacitação de camadas sociais desfavorecidas em alguns municípios permitindo a ascensão social, uma imagem positiva do IFRJ e do Governo Federal em relação as suas próprias ações;
- Programas e projetos por meios de editais que visem estimular o ensino, a pesquisa, a inovação e a extensão;
- Desenvolvimento de projetos que integram a rede federal às demais esferas da sociedade a partir de projetos e atividades com caráter de extensão;
- Verticalização do ensino nos Institutos Federais;
- Demanda de mão de obra técnica e tecnológica qualificada;
- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

3.4 Ameaças

- Descontinuidade da atual política governamental educacional (política de estado);
- Aspectos legais que causam entraves aos processos realizados pelo Instituto, sobretudo no que tange à gestão dos recursos financeiros (atual legislação de compras e serviços);
- Redução dos concursos públicos;
- Falta de autonomia do Ministério da Educação (MEC) em relação a assuntos do âmbito do Ministério do Planejamento
- Interferências/Definições de ações/políticas educacionais pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG);
- A grande demanda governamental por programas inclusivos sem a necessária discussão, planejamento, capacitação e quantidade de servidores envolvidos;
- Cenário de recessão global e crise econômica mundial, reduzindo os investimentos para a expansão e a manutenção de toda a estrutura (cortes orçamentários);
- Crescimento da estrutura dos *campi* sem a preocupação com o ambiente e a sustentabilidade;
- Perda de talentos da instituição em função de ofertas externas;
- Salários que não acompanham os de outros órgãos governamentais e da iniciativa privada;
- Nível educacional dos candidatos advindos do entorno como fator de exclusão ou dificuldade de acesso aos serviços e recursos oferecidos pelo IFRJ.

4 MACROPROCESSOS INSTITUCIONAIS E TEMAS

A fim de que seus objetivos sejam atendidos, o IFRJ dispõe de um conjunto de processos em operação, o qual envolve diretamente as áreas finalísticas da instituição (Ensino, Pesquisa e Extensão) e as demais áreas de apoio (Administração e Desenvolvimento Institucional). Dessa maneira, os principais processos institucionais estão subdivididos em macroprocessos finalísticos e macroprocessos de apoio.

Os macroprocessos finalísticos são aqueles diretamente relacionados com a criação do "valor para a sociedade" por meio dos serviços prestados, envolvendo todos os elementos operacionais referentes às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, os macroprocessos de apoio são aqueles que prestam suporte aos processos diretamente ligados à criação do "valor para a sociedade", possibilitando que eles sejam executados dentro dos padrões de qualidade, eficiência e eficácia objetivados pela organização.

5 PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA IFRJ 2017-2022

O objetivo do planejamento estratégico é avaliar as implicações futuras das decisões tomadas no presente, para que as decisões estratégicas sejam tomadas com mais rapidez, segurança e eficácia. Sistematizando-se o planejamento, reduz-se a incerteza que caracteriza qualquer processo decisório, aumentando as possibilidades de alcance dos objetivos, dos desafios e das metas estabelecidas pela organização, conforme se observa na Figura 01.

Figura 01 – Mapa Estratégico do IFRJ 2017-2021.

Fonte: Mapa Estratégico do IFRJ 2017-2021 | Fonte: STEINBEIS-SIBE do Brasil – Ano 2017

Trata-se de um processo dinâmico, por meio do qual são definidos os caminhos que a organização deverá trilhar a partir de um comportamento pró-ativo, levando em conta a análise de seu ambiente, em consonância com a sua razão de existir, a fim de construir o seu futuro desejado.

O planejamento estratégico é uma ferramenta gerencial utilizada com sucesso por organizações públicas e privadas no Brasil e em outros países. Adapta-se naturalmente às características distintas de todo tipo de organização, pois contempla conceitos comuns, em uma modelagem gerencial destinada a criar condições para viabilizar objetivos e adequar a direção estratégica aos ambientes de mudança.

Seguindo qualquer outra função gerencial, o planejamento eficaz está voltado à obtenção dos resultados esperados. Segundo Oliveira (2007), e para efeitos didáticos, consideram-se os seguintes princípios como fundamentais no planejamento:

- O princípio da contribuição aos objetivos: nesse aspecto, o planejamento deve sempre visar aos objetivos máximos da organização em que ele é realizado;
- O princípio da precedência do planejamento, correspondendo a uma função administrativa que precede as demais (organização, direção e controle);
- O princípio das maiores influência e abrangência: o planejamento pode provocar uma série de modificações nas características e atividades da organização;
- O princípio da eficiência, eficácia e efetividade: o planejamento procura maximizar os resultados e minimizar as deficiências.
-

6 PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES DA INSTITUIÇÃO

O Ministério do Planejamento apresenta os programas temáticos, programas de gestão da manutenção e programas de operações especiais para cada ação governamental.

Com base nessa temática, os limites orçamentários distribuídos mediante o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para o IFRJ no exercício de 2018 alcançou o quantitativo de R$ 371.372.392,00 (trezentos e setenta e um milhões, trezentos e setenta e dois mil, trezentos e noventa e dois reais), conforme se observa no Quadro 01.

Quadro 01: Previsão Orçamentária do IFRJ para o Exercício de 2018

Programática	Programação/Tema	Valor R$	Justificativa por localização de gastos
0910.00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	51.123,00	Anuidade do CONIF* para o período de 2018.
2080.20RL.0033	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	36.283.394,00	Desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de graduação, pós e tecnológicos.
2080.2994.0033	Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica	6.622.059,00	Programas que contribuam para permanência e bom desempenho do aluno.

Programática	Programação/Tema	Valor R$	Justificativa por localização de gastos
2109. 216H.0033	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	56.693,00	Conforme Estimativa SOF†
2109.4572.0033	Capacitação de servidores públicos Federais em Processos de Qualificação e Requalificação	878.486,00	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal para melhoria continuada dos processos de trabalho.
2109.09HB.0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	43.316.000,00	Conforme estimativa SOF.
2109.2004.0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	2.550.696,00	Conforme Estimativa SOF.
2109.20TP.0033	Ativos Civis da União	223.553.070,00	Conforme Estimativa SOF.
2109.212B.0033	Benefícios obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	15.597.008,00	Conforme Estimativa SOF.
8901.810.033	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	42.463.863,00	Conforme Estimativa SOF.
	Total em R$	**371.372.392,00**	

* Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
† Secretaria de Orçamento Federal.
Fonte: Elaborado pela Audin a partir de dados do MPOG do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – Siop (2017).

7 METODOLOGIA PARA O PLANEJAMENTO DOS TRABALHOS DA AUDITORIA INTERNA DO IFRJ - MATRIZ DE RISCOS IFRJ PARA OS TEMAS DA ÁREA-MEIO

A metodologia para o planejamento dos trabalhos para a área-meio realizados pela Audin consistiu no mapeamento, na hierarquização e na priorização das atividades que serão acompanhadas em conformidade com a distribuição orçamentária por ação dos programas de governo para atendimento da infraestrutura do IFRJ, a serem executadas no exercício de 2018.

Para o mapeamento de atividades, foram levados em consideração todos os programas, as ações e atividades que apresentaram créditos orçamentários, bem como sua correlação com as áreas de atuação previstas para a auditoria, os controles existentes, os planos, as metas, os objetivos específicos, os programas e as políticas do IFRJ.

Para viabilizar a hierarquização de atividades, foi levado em consideração o mapeamento do item anterior, analisando a materialidade, a relevância e a criticidade de cada ação, conforme critérios detalhados a seguir.

a) Materialidade: apurada com base no orçamento, ou seja, o percentual é aplicado sobre o orçamento. Logo, **X =** orçamento.

A hierarquização pela materialidade (Quadro 02) se dá da seguinte maneira:

Quadro 02: Hierarquização pela Materialidade

CRITÉRIOS DA MATERIALIDADE				MATRIZ DE RISCO
Muito baixa materialidade	0	X ≤	0,10%	1
Baixa materialidade	0,10%	< X ≤	1%	2
Média materialidade	1%	< X ≤	10%	3
Alta Materialidade	10%	< X ≤	25%	4
Muito alta materialidade	25,00%	<X ≤	100%	5

Fonte: Elaborado pela Audin (2017).

Para um melhor entendimento e facilidade de apurar a matriz de risco, atribuímos notas de 1 a 5, de acordo com o resultado encontrado, partindo de "muito baixa materialidade" (com nota 1) até "muito alta materialidade" (com nota 5).

b) Relevância: a hierarquização pela relevância se dá pela análise dos programas, ações e atividades quanto aos seguintes aspectos:

- Atividade ligada diretamente ao cumprimento da missão da instituição;
- Atividade pertencente ao Planejamento Estratégico da Instituição;
- Atividades que possam comprometer serviços prestados aos cidadãos;
- Atividades que possam comprometer a imagem da instituição;
- Programas prioritários.

Também para um melhor entendimento e facilidade de apuração da matriz de risco, atribuímos notas de 1 a 5, de acordo com a relevância de cada atividade, levando em consideração os aspectos apresentados (Quadro 03). Logo, a aspecto relevante atribuímos nota 5 ou 4; essencial, 3 ou 2; e coadjuvante, 1.

Quadro 03: Aspectos de Relevância

ASPECTOS DE RELEVÂNCIA	
Coadjuvante	1
Essencial	2
Essencial	3
Relevante	4
Relevante	5

Fonte: Elaborado pela Audin (2017).

c) Criticidade: A hierarquização pela criticidade leva em consideração os aspectos a seguir:

- **Intervalo de tempo entre a última auditoria realizada e o momento do planejamento** (quanto maior o intervalo, maior a pontuação). Para um melhor entendimento, atribuímos o intervalo na pontuação, ou seja:
  - ✓ Última auditoria realizada até 6 meses, a pontuação será igual a zero (0);
  - ✓ Última auditoria realizada entre seis (06) e doze (12) meses, a pontuação será igual a um (01);

- ✓ Última auditoria realizada entre doze (12) e dezoito (18) meses, a pontuação será igual a dois (02);
- ✓ Última auditoria realizada entre dezoito (18) e vinte e quatro (24) meses, a pontuação será igual a três (03);
- ✓ Última auditoria realizada entre 25 e 30 meses, a pontuação será igual a quatro (04); e
- ✓ Última auditoria realizada acima de 30 meses, a pontuação será igual a cinco (05).

- **Atividade descentralizada**, realizada por unidade gestora pertencente à instituição (quanto mais descentralizada, maior a pontuação).

  - ✓ Para um melhor entendimento e facilidade de apurar a matriz de risco, atribuímos notas de 1 a 5, sendo: pontuação 1 quando a atividade não for descentralizada (mais de 80% das ações principais são realizadas na Reitoria); pontuação 2 quando a atividade não for descentralizada (ações conjuntas na Reitoria com média entre 60 e 80% realizadas na Reitoria); pontuação 3 quando a atividade não for descentralizada (ações realizadas na Reitoria entre 50 e 60%); pontuação 4 quando a atividade for descentralizada (ações realizada nos *campi* entre 30 e 50%); e, por último, pontuação 5 quando a atividade for descentralizada das ações realizadas na Reitoria (ciclo executado na Reitoria com risco médio, ou seja, abaixo de 30%).

- **Falha/falta conhecida nos controles internos da instituição** (quanto mais falhas conhecidas, maior a pontuação).

Para um melhor entendimento, atribuímos a seguinte pontuação: quando for zero (0), considera-se que houve falhas de controles internos desconhecidas; quando a pontuação for um (1), considera-se que houve a falta de conhecimento dos controles internos da ação; e quando a pontuação for dois (2), considera-se que há falhas de controles internos conhecidas, conforme se observa no Quadro 04.

Considerando as situações acima apresentadas em cada um dos aspectos, apuramos as notas de cada aspecto, realizando uma média das varáveis para encontrar a criticidade.

Quadro 04: Critérios da Criticidade

Critérios 1	Critérios 2	Quesitos avaliados	Valor atribuído
Intervalo de tempo entre a última auditoria realizada e o momento do planejamento	Quanto maior o intervalo, maior a pontuação	Uma auditoria igual, realizada em até 6 meses:	0
		Uma auditoria igual, realizada de 6 a 12 meses	1
		Uma auditoria igual, realizada de 12 a 18 meses	2
		Uma auditoria igual, realizada de 18 a 24 meses	3
		Uma auditoria igual, realizada de 25 a 30 meses	4
		Uma auditoria igual, realizada acima de 30 meses	5
		Atividade não descentralizada	1

Critérios 1	Critérios 2	Quesitos avaliados	Valor atribuído
Atividade descentralizada realizada por unidade gestora pertencente à instituição	Quanto maior a descentralização, maior a pontuação	Atividade não descentralizada	2
		Atividade não descentralizada	3
		Atividade descentralizada	4
		Atividade descentralizada	5
Falha/falta conhecida nos controles internos da instituição	Quanto maior a falha, maior a pontuação	Falhas de controles internos desconhecidas	0
		Falhas de controles internos desconhecidas	1
		Falhas de controles internos desconhecidas	2
		Falhas de controles internos desconhecidas	3
		Falhas de controles internos conhecidas	4
		Falhas de controles internos conhecidas	5

Fonte: Elaborado pela Audin (2017).

Destarte, as atividades foram priorizadas considerando os aspectos de materialidade, relevância e criticidade, em que foi possível elaborar a matriz de risco com a classificação das ações para direcionamento dos trabalhos de auditoria interna, conforme demonstração a seguir.

A matriz ou o mapa de riscos (Quadro 05) consiste no resultado da análise realizada dos riscos devendo ser construída de acordo com a conveniência de cada caso. A partir dela, é possível definir os diferentes grupos de risco que deverão receber diferentes respostas.

Quadro 05: Matriz de Risco para o Ano de 2018 IFRJ – Área-Meio

Programática	Tema	Valor R$	Porcentagem do valor	Materialidade		Relevância		Criticidade	Resultado da Matriz de Risco	Resultado da Matriz de Risco	Probabilidade	Risco associado a probabilidade	Cor Associada ao Risco
0910 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS E ENTIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS													
0910.**00PW**	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	51.123,00	0,01 %	Muito Baixa materialidade	1	Coadjuvante	1	Média dos critérios	2,3	2,33	2%	Risco Baixo	
								Acima de 30 meses	5				
								Atividade não descentralizada	1				
								Falhas de controles internos conhecidos	1				
2080 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS													
2080.20RL.**0033**	Funcionamento de	36.283.394,00	9,77 %		3	Relevante	5	Média dos critérios	3,7	55,00	44%	Risco médio	

Programática	Tema	Valor R$	Porcentagem do valor	Materialidade		Relevância		Criticidade	Resultado da Matriz de Risco	Resultado da Matriz de Risco	Probabilidade	Risco associado a probabilidade	Cor Associada ao Risco
	Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica							De 6 a 12 meses igual	1				
								Atividade não descentralizada	5				
								Falhas de controles internos conhecidos	5				
2080.2994.**0033**	Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica	6.622.059,00	1,78 %	Média materialidade	3	Relevante	5	Média dos critérios	3,3	50,00	40%	Risco médio	
								De 6 a 12 meses igual	1				
								Atividade não descentralizada	5				
								Falhas de controles internos conhecidos	4				
2109 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO													
2109.216H.**0033**	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	56.693,00	0,02 %	Muito baixa materialidade	1	Relevante	4	Média dos critérios	3,7	14,66	12%	Risco Baixo	
								De 6 a 12 meses igual	1				
								Atividade não descentralizada	5				
								Falhas de controles internos conhecidos	5				
2109.4572.**0033**	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processos de Qualificação e Requalificação	878.486,00	0,24 %	Baixa materialidade	2	Relevante	5	Média dos critérios	5,0	50,00	40%	Risco médio	
								Acima de 30 meses	5				
								Atividade descentralizada	5				
								Falhas de controles internos conhecidos	5				
2109.09HB.**0033**	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de	43.316.000,00	11,66 %	Alta Materialidade	4	Relevante	5	Média dos critérios	3,3	66,66	53%	Risco Alto	
								De 12 a 18 meses,	2				
								Atividade não descentralizada	3				

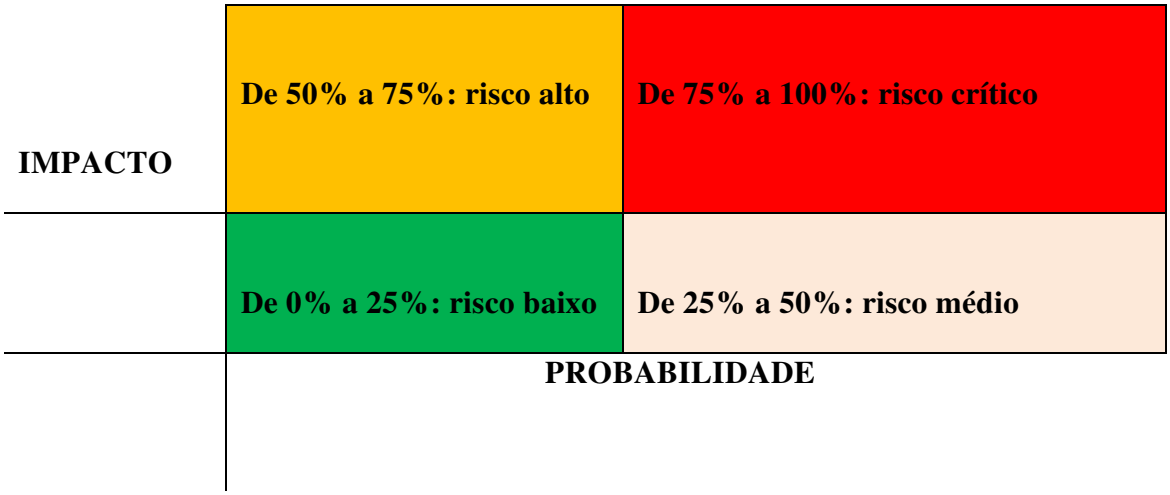
Programática	Tema	Valor R$	Porcentagem do valor	Materialidade		Relevância		Criticidade	Resultado da Matriz de Risco	Resulta do da Matriz de Risco	Probabilidade	Risco associado a probabilidade	Cor Associada ao Risco
	Previdência dos Servidores Públicos Federais							Falhas de controles internos conhecidos	5				
2109.2004.**0033**	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	2.550.696,00	0,69 %	Baixa materialidade	2	Coadjuvante	1	Média dos critérios	3,7	7,33	6%	Risco Baixo	
								Acima de 30 meses	5				
								Atividade não descentralizada	1				
								Falhas de controles internos conhecidos	5				
2109.20TP.**0033**	Ativos Civis da União	223.553.070,00	60,20 %	Muito alta materialidade	5	Relevante	5	Média dos critérios	3,0	75,00	60%	Risco Alto	
								De 6 a 12 meses igual	1				
								Atividade não descentralizada	3				
								Falhas de controles internos conhecidos	5				
2109.212B.**0033**	Benefícios obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	15.597.008,00	4,20 %	Média materialidade	3	Essencial	3	Média dos critérios	3,0	27,00	22%	Risco Baixo	
								De 6 a 12 meses igual	1				
								Atividade não descentralizada	3				
								Falhas de controles internos conhecidos	5				
0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO													
089.0181.0**033**	Aposentadorias e Pensões Civis da União	42.463.863,00	11,43 %	Alta Materialidade	4	Relevante	5	Média dos critérios	4,3	86,66	69%	Risco Alto	
								Acima de 30 meses	5				
								Atividade não descentralizada	3				
								Falhas de controles internos conhecidos	5				

Programática	Tema	Valor R$	Porcentagem do valor	Materialidade	Relevância	Criticidade	Resultado da Matriz de Risco	Resultado da Matriz de Risco	Probabilidade	Risco associado a probabilidade	Cor Associada ao Risco
	Total R$	**371.372.392,00**									

Fonte: Elaborado pela Audin (2017).

O critério de classificação de riscos para este trabalho está subsidiado na Figura 02.

Figura 02: Critérios de classificação de risco.



Fonte: Elaborada pela Audin (2017).

Conforme o modelo apresentado, não se pretende posicionar o valor resultante da avaliação da Audin nas coordenadas do plano cartesiano (Probabilidade × Impacto), mas, sim, classificar as áreas do menor para o maior grau de risco, bem como adotar os intervalos e as cores descritivos na Figura 03.

Figura 03: Descrição das legendas relacionadas à cor utilizada para classificar o risco**.**

Classificação da cor	Grau do risco
	Risco Crítico
	Risco Alto
	Risco Médio
	Risco Baixo

Fonte: Elaborada pela Audin (2017).

8 RELAÇÃO DOS TEMAS PASSÍVEIS DE SEREM TRABALHADOS – ÁREA-MEIO

Quadro 06: Relação dos Macroprocessos ou Temas Passíveis de Serem Trabalhados, Classificados por meio de Matriz de Risco

Tema	Probabilidade	Risco associado à probabilidade	
Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	2%	Risco Baixo	
Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	44%	Risco Médio	
Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica	40%	Risco Médio	
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	12%	Risco Baixo	
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processos de Qualificação e Requalificação	40%	Risco Médio	
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	53%	Risco Alto	
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6%	Risco Baixo	
Ativos Civis da União	60%	Risco Alto	
Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	22%	Risco Baixo	
Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis	69%	Risco Alto	

Fonte: Elaborado pela Audin (2017).

9 IDENTIFICAÇÃO DOS TEMAS CONSTANTES DA MATRIZ DE RISCO, A SEREM DESENVOLVIDOS NO EXERCÍCIO SEGUINTE – ÁREA-MEIO

Quadro 07: Identificação dos Temas Constantes da Matriz de Risco, a Serem Desenvolvidos no Exercício Seguinte para a Área-Meio do IFRJ

Tema	Temas a serem desenvolvidos	Probabilidade	Risco associado à probabilidade	
Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	1. A Fiscalização e gestão de contratos; 2. Gestão patrimonial.	44%	Risco Médio	
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	3. A Gestão do Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.	53%	Risco Alto	
Ativos Civis da União	4. A Gestão da Folha de Pagamento; 5. Assistência à Saúde; 6. Indenização de Transporte.	60%	Risco Alto	
Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis	7. A Gestão das Pensões Civis.	69%	Risco Alto	

Fonte: Elaborado pela Audin (2017).

10 IDENTIFICAÇÃO DOS TEMAS A SEREM DESENVOLVIDOS – ÁREA-MEIO

Com base nas análises realizadas a partir dos projetos estratégicos e da matriz de risco, as ações a serem desenvolvidas no ano de 2018 pela Audin do IFRJ serão:

1. Fiscalização e gestão de contratos;
2. Gestão patrimonial;
3. Gestão do Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais;
4. Gestão da folha de pagamento;
5. Assistência à saúde;
6. Indenização de transporte;
7. Gestão das pensões civis.

11 METODOLOGIA PARA O PLANEJAMENTO DOS TRABALHOS - ÁREA FINALÍSTICA

A metodologia para o planejamento dos trabalhos baseado em matriz de risco, realizados pela Audin para o mapeamento, a hierarquização e a priorização das atividades finalísticas, foi baseada na percepção e nas práticas dos gestores, nos planos, nos programas, nas metas, nos objetivos específicos, nos programas e nas políticas do IFRJ.

Para a realização do mapeamento das atividades, foram levados em consideração todos os temas constantes das atividades finalísticas da Instituição, pois as áreas finalísticas não possuem todos os seus macroprocessos mapeados.

Foram levantadas informações com os setores abaixo relacionados, com objetivo de alinhar os temas elencados por esta auditoria com base nos documentos institucionais publicados no site do IFRJ e em pastas públicas:

- Pró-reitoria de Graduação (Prograd);
- Pró-reitoria de Ensino Médio e Técnico (Proet);
- Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (Proppi);
- Pró-reitoria Extensão (Proex);
- Diretoria de Rede de Assistência Estudantil (Dirae); e
- Desenvolvimento Institucional e Expansão (Diex).

O mapeamento, a hierarquização e a priorização das atividades que serão acompanhadas e que fazem parte das atividades finalísticas, a serem executadas no exercício de 2018, são oriundos dos critérios abaixo relacionados:

a) Relevância na visão do gestor do tema:

Para viabilizar a hierarquização dos temas, foi levada em consideração a visão do gestor do processo/tema, analisando a relevância e a criticidade de cada tema, conforme critérios detalhados baseados nas seguintes questões:

1) Existem normas e regulamentos atualizados que amparam o processo (considerando normas e legislação atual)? As normas e regulamentos estão publicizados aos interessados?
2) O processo está devidamente mapeado e publicado? Existe descrição dos fluxos em notação?
3) Qual a relevância do tema na atividade finalística do IFRJ?

Para um melhor entendimento e facilidade de apurar a matriz de risco, atribuímos notas de 1 a 10, de acordo com o resultado encontrado, partindo de "pouco relevante" (com nota 1) até "muito relevante" (com nota 10)**,** conforme demonstrado no Quadro 08.

Quadro 08: Hierarquização pela Relevância do Tema na Atividade Finalística do IFRJ – Visão do Gestor

Qual a relevância do tema na atividade finalística do IFRJ?									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Menor									Maior

Fonte: Elaborado pela Audin (2017).

Quanto às normas **e regulamentos atualizados que amparam o processo/tema, foram criados graus de adequação,** conforme demonstrado no Quadro 09.

Quadro 09: Hierarquização pelas Normas e Regulamentos Atualizados que Amparam o Processo/Tema – Visão do Gestor

Existem normas e regulamentos atualizados que amparam o processo (considerando normas e legislação atual)? As normas e regulamentos estão publicizados aos interessados?		
Sim – grau 1	Sim, mas não publicado ou desatualizado – grau 3	Não – grau 5

Fonte: Elaborado pela Audin (2017).

Quanto ao mapeamento e à publicização dos processos/temas, foram relacionados graus de adequação, conforme demonstrado no Quadro 10.

Quadro 10: Hierarquização pelo Mapeamento e Publicização – Visão do Gestor

O processo está devidamente mapeado e publicado? Existe descrição dos fluxos em notação?			
Sim – grau 1	Sim, mas não publicado – grau 3	Não – grau 5	Não se aplica – grau 0

Fonte: Elaborado pela Audin (2017).

b) Relevância baseada em programas, ações e atividades. A hierarquização pela relevância se dá pela análise dos programas, ações e atividades quanto aos seguintes aspectos:

1) Atividade ligada diretamente ao cumprimento da missão da instituição;
2) Atividade pertencente ao Planejamento Estratégico da Instituição;
3) Atividades que possam comprometer serviços prestados aos cidadãos;
4) Atividades que possam comprometer a imagem da instituição; e
5) Programas prioritários.

Também para um melhor entendimento e facilidade de apurar a matriz de risco

Para elaboração da Matriz de Risco para a área finalística, foram considerados os critérios dos aspectos de relevância e os critérios da criticidade mencionados no item 7, *Metodologia para o planejamento dos trabalhos da auditoria interna do IFRJ - matriz de riscos IFRJ para os temas da área-meio.*

11.1 Metodologia do cálculo do risco associado à probabilidade para a área-fim

As variáveis são:

a) NR - Existência de normas e regulamentos atualizados que amparam o processo (considerando normas e legislação atual). As normas e os regulamentos estão publicizados aos interessados.

NR= {1, 3, 5}

b) **NM -** Existência de processo devidamente mapeado e publicado e a existência de descrição dos fluxos em notação.

c) *NM = {1, 3, 5}*

d) **RF** - A relevância do tema na atividade finalística do IFRJ na percepção do gestor da área.

RF= {0, 1, 2, 3, 4, 5,6,7,8,9,10}

e) Aspectos de relevância:

d.1) RE - São temas considerados como coadjuvantes, essenciais ou muito relevantes.

RE = {1, 2, 3, 4, 5}

d.2) RP - Componente do Planejamento Estratégico do IFRJ ou do PDI.

RP = {0,10}

f) Criticidade

e.1) **CI** - Intervalo de tempo entre a última auditoria realizada e o momento do planejamento.

CI = {0, 1, 2, 3, 4, 5}

e.2) **CA -** Atividade descentralizada realizada por unidade gestora pertencente à instituição.

CA = {0, 1, 2, 3, 4, 5}

e.3) **CF -** Falha/falta conhecida nos controles internos da instituição.

CF = {0, 1, 2, 3, 4, 5}

$$\boldsymbol{Risco} = \frac{nr + mn + rf + re + rp + ci + ca + cf}{\max(NR) + \max(MN) + \max(RF) + max(RE) + \max(RP) + \max(CI) + \max(CA) + \max(CF)} \; X \; 100\%$$

Cabe destacar que:

$$\max(NR) + \max(MN) + \max(RF) + max(RE) + \max(RP) + \max(CI) + \max(CA) + \max(CF) = 60$$

A partir da aplicação da metodologia, a relação dos temas passíveis de serem trabalhados, classificados por meio de matriz de risco para a área finalística**,** é demonstrada no (Quadro 11).

Quadro 11: **Relação dos Temas Passíveis de Serem Trabalhados, Classificados por meio de Matriz de Risco para a Área Finalística[2]**

Processos e Atividades Institucionais	SETOR	Processo Finalístico (Temas)	Documentos Institucionais	Total	Probabilidade	Risco associado à probabilidade
	PROET/ PROGRAD/ *campi*	Permanência e êxito dos estudantes [1]	• Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para a Evasão e Retenção - 2016	**54**	**90,00%**	**Risco crítico**
	Diretoria de Rede de Assistência Estudantil - DIRAE	Assistência Estudantil	Lei Federal: • Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – (Pnaes). Internos: • Resolução nº 11, de 08 de junho de 2011, que dispõe sobre o Regulamento da Assistência Estudantil do IFRJ; • Manual da Assistência Estudantil do IFRJ; • Instrução Normativa nº 01/2013, de 26 de março de 2013 (anexo à Portaria nº 037/2013/GR, de 26/03/2013), que dispõe sobre as normas e procedimentos para editais internos do Programa de Assistência Estudantil do IFRJ.	**53**	**88,33%**	**Risco crítico**
	PROGRAD	Estágios dos Cursos de Nível Superior	• Regulamento de Atividades Complementares dos Cursos de Licenciatura; • Regulamentos das Atividades Complementares dos Cursos de Bacharelado; • Regulamento do Estágio dos Cursos de Licenciaturas; • Regulamento de Estágio do Curso de • Bacharelado em Química; • Regulamento de Estágio do Curso de • Bacharelado em Produção Cultural; • Regulamento de Estágio do Curso de Farmácia; • Regulamento de Estágio de Fisioterapia; • Regulamento de Estágio do Curso de Ciências Biológicas; • Regulamento de Estágio do Curso de Terapia Ocupacional.	**51**	**85,00%**	**Risco crítico**
	PROET	CONSELHOS DE CLASSE	• Regulamento dos Conselhos de Classe. Resolução nº 19, de 19 de abril de 2013, do IFRJ.	**51**	**85,00%**	**Risco crítico**

Processos e Atividades Institucionais	SETOR	Processo Finalístico (Temas)	Documentos Institucionais	Total	Probabilidade	Risco associado à probabilidade
	PROET	Recuperação Paralela	• Lei n° 9.394/96 (Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB); • Parecer CNE/CEB n° 5/97; • Parecer CNE/CEB n° 12/97; • Regulamento da Educação Profissional Técnica e Nível Médio e do Ensino Médio do IFRJ.	**51**	**85,00%**	**Risco crítico**
	PROGRAD	Programas e Projetos	• PBP Programa de Bolsa Permanência	**49**	**81,67%**	**Risco crítico**
	PROGRAD	Programa de Ações Afirmativas na Graduação-INCLUIR IFRJ	Em 2015, teve início o Programa de Ações Afirmativas na Graduação-INCLUIR IFRJ, dando continuidade ao Pró-cotas. Esse programa é uma iniciativa da PROGRAD que visa acompanhar e avaliar os estudantes que ingressaram nos cursos de graduação por meio das Ações Afirmativas, buscando, por meio dos dados coletados, pensar estratégias e políticas para viabilizar a permanência e o êxito desses estudantes (PPI - 2014-2018).	**49**	**81,67%**	**Risco crítico**
	PROEX	Programa de Estágio	• CGIEE	**49**	**81,67%**	**Risco crítico**
Parcerias e relações institucionais	**PROPPI**	Programas de Iniciação Científica no IFRJ	• Pibic	**47**	**78,33%**	**Risco crítico**

1 - Permanência e êxito dos estudantes – Em relação ao mapeamento do processo, não há indício de sua existência (o gestor não informou, mas diante da ausência da publicização do plano, a nota máxima foi dada por esta auditoria).
2 - A planilha com os cálculos está disponibilizada no Anexo 1.
3- Por PPI entende-se: Projeto Pedagógico Institucional; por CGIEE, Coordenação Geral de Integração Escola-Empresa; e por Pibic, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.
Fonte: Elaborado pela Audin (2017).

O critério de classificação de riscos para o este trabalho está subsidiado na Figura 02, citada anteriormente.

12 IDENTIFICAÇÃO DOS TEMAS – ÁREA FINALÍSTICA

A partir das análises realizadas da matriz de risco, as ações a serem desenvolvidas no ano de 2018 (Quadro 12) pela Audin para a área finalística do IFRJ são:

Quadro 12: Temas a Serem Desenvolvidos no Exercício Seguinte a partir da Matriz de Risco e dos Planos e Projetos para Área-Meio

Processos e Atividades Institucionais	SETOR	Processo Finalístico (Temas)	Documentos Institucionais	Total	Probabilidade	Risco associado à probabilidade
	PROET/ PROGRAD/ *campi*	Permanência e êxito dos estudantes [1]	• Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para a Evasão e Retenção - 2016	**54**	**90,00%**	**Risco crítico**
	Diretoria de Rede de Assistência Estudantil - DIRAE	Assistência Estudantil	Lei Federal: • Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Internos: • Resolução nº 11, de 08 de junho de 2011, que dispõe sobre o Regulamento da Assitência Estudantil do IFRJ; • Manual da Assistência Estudantil do IFRJ; • Instrução Normativa nº 01/2013, de 26 de março de 2013 (anexo à Portaria nº 037/2013/GR, de 26/03/2013), que dispõe sobre as normas e procedimentos para editais internos do Programa de Assistência Estudantil do IFRJ.	**53**	**88,33%**	**Risco crítico**
	PROGRAD	Estágios dos Cursos de Nível Superior	• Regulamento de Atividades Complementares dos Cursos de Licenciatura; • Regulamentos das Atividades Complementares dos Cursos de Bacharelado; • Regulamento do Estágio dos Cursos de Licenciaturas; • Regulamento de Estágio do Curso de Bacharelado em Química; • Regulamento de Estágio do Curso de Bacharelado em Produção Cultural; • Regulamento de Estágio do Curso de Farmácia; • Regulamento de Estágio de Fisioterapia; • Regulamento de Estágio do Curso de Ciências Biológicas; • Regulamento de Estágio do Curso de Terapia Ocupacional.	**51**	**85,00%**	**Risco crítico**
	PROEX[3]	Programa de Estágio	CGIEE	**49**	**81,67%**	**Risco crítico**

3 – A ação (Programa de Estágio) foi aglutinada com a ação (Estágios dos Cursos de Nível Superior), considerando a natureza dos temas.

Fonte: Elaborado pela Audin (2017).

13 TEMAS QUE SERÃO REALIZADOS A PARTIR DAS MATRIZES DE RISCO

Os temas que serão realizados a partir das matrizes de risco da área-meio e da área finalística, considerando a capacidade técnica da Audin, estão relacionadas a seguir, no Quadro 13.

Quadro 13: Temas que Serão Realizados a partir das Matrizes de Risco da Área-Meio e da Área Finalística

Seq.	ÁREA-MEIO
1	A Fiscalização e Gestão de Contratos
2	Gestão Patrimonial
3	A Gestão do Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
4	A Gestão da Folha de Pagamento
5	Assistência à Saúde
6	Indenização de Transporte
7	A Gestão das Pensões Civis
Seq.	**ÁREA-FIM**
8	Permanência e Êxito dos Estudantes
9	Assistência Estudantil
10	Estágios dos Cursos de Nível Superior
11	Programa de Estágio

Fonte: Elaborado pela Audin (2017).

14 AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

As estimativas de horas destinadas às ações de capacitação e participação em eventos que visam promover o fortalecimento das atividades de auditoria interna foram baseadas a partir das necessidades de realização das ações, conforme se observa no Quadro 14.

Quadro 14: Ações de Capacitação Previstas para a Audin

Eventos	Horas	Qtde. de servidores a realizar o curso	Qtde. total de horas	Cursos
A definir	32	1	32	Controle da Gestão Pública
A definir	32	2	64	Fundamentos e Práticas da Execução Orçamentária e Financeira/Contabilidade
Organizadora Gestão Pública	20	3	60	Básico de Tesouro Gerencial
A definir	20	4	80	Conformidade Contábil e Análise das Demonstrações
Fórum dos integrantes das Auditoria Internas do MEC†	32	2	64	Fonai-MEC
A definir	32	1	32	Legislação de Pessoal

Eventos	Horas	Qtde. de servidores a realizar o curso	Qtde. total de horas	Cursos
A definir	40	2	80	A Fiscalização e Gestão de Contratos
CGU§	40	2	80	Processo Administrativo Disciplinar
		Total	**492**	

† Ministério da Educação.
§ Controladoria-Geral da União.
Fonte: Elaborado pela Audin (2017).

15 ATIVIDADES QUE FAZEM PARTE DA ROTINA DA AUDIN

No decorrer dos trabalhos de auditoria, as ações relacionadas a seguir são realizadas em paralelo com as ações de auditoria.

1) Elaboração e consolidação do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) do exercício de 2017;
2) Processo de contas: Relatório de Gestão 2017;
3) Assessoramento e orientações;
4) Encaminhamento das informações de terceirizados à CGU, por meio do Sistema de Transmissão de Informações (STI);
5) Relatório gerencial das recomendações de auditoria (mensalmente);
6) Trilhas CGU;
7) Apoio aos órgãos de controle;
8) Acompanhamento das recomendações da CGU, do Tribunal de Contas da União (TCU) e da própria Audin.

16 CRONOGRAMA DE REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES - 2018

Com base nas ações, foi elaborado um cronograma com o desenvolvimento das ações para o ano de 2018, conforme se observa no Quadro 15.

Quadro 15: Cronograma de Realização das Atividades da Auditoria para o Ano de 2018

Seq.	Área-meio	jan /18	fev/ 18	mar /18	abr /18	mai /18	jun /18	jul/ 18	ago/ 18	set/ 18	out/ 18	nov /18	dez/ 18	Servidores
1	A Fiscalização e Gestão de contratos													Solange
2	Gestão Patrimonial													Solange, Késia
3	A Gestão da Folha de Pagamento e a Gestão do Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais													Edson
4	Assistência à Saúde													Edson
5	Indenização de Transporte													Solange
6	A Gestão das Pensões Civis													Késia

Seq.	Área-meio	jan /18	fev/ 18	mar /18	abr /18	mai /18	jun /18	jul/ 18	ago/ 18	set/ 18	out/ 18	nov /18	dez/ 18	Servidores
Seq.	**Área finalística**	**jan /18**	**fev/ 18**	**mar /18**	**abr /18**	**mai /18**	**jun /18**	**jul/ 18**	**ago/ 18**	**set/ 18**	**out/ 18**	**nov /18**	**dez/ 18**	**Servidores**
7	Permanência e Êxito dos Estudantes													Edson
8	Assistência Estudantil													Solange
9	Estágios dos Cursos de Nível Superior													Késia
10	Programa de Estágio													Késia
Seq.	**Rotinas da Audin**	**jan /18**	**fev/ 18**	**mar /18**	**abr /18**	**mai /18**	**jun /18**	**jul/ 18**	**ago/ 18**	**set/ 18**	**out/ 18**	**nov /18**	**dez/ 18**	**Servidores**
11	Elaboração e consolidação do RAINT do exercício de 2017													Danielle
12	Processo de contas: Relatório de Gestão 2017													Danielle
13	Assessoramento e orientações													Danielle
14	Encaminhamento das informações de terceirizados à CGU, por meio do Sistema de Transmissão de Informações (STI)													Danielle
15	Relatório gerencial das recomendações de auditoria (mensalmente)													Danielle
16	Trilhas CGU													Danielle
17	Apoio aos órgãos de controle													Danielle
18	Acompanhamento das recomendações da CGU, do TCU e da própria Audin													Danielle
19	Capacitação e fortalecimento da Audin													Danielle, Solange, Edson e Késia
20	Acompanhamento das recomendações emitidas durante o ano													Danielle, Solange, Edson e Késia
21	Elaboração do PAINT 2019													Danielle

Fonte: Elaborado pela Audin (2017).

17 CONCLUSÃO

As ações de controle previstas no PAINT/2018 foram realizadas a partir do desenvolvimento das matrizes de risco segundo critérios de relevância, materialidade, bem como dos planejamentos estratégicos IFRJ (2016, 2017), da estrutura de governança, do programa de integridade e do gerenciamento de riscos corporativos, dos controles existentes, dos planos IFRJ (2015), das metas, dos objetivos específicos, dos programas e das políticas.

Cabe destacar que as ações voltadas para a área finalística foram alinhadas com a Prograd, Proet, Proppi, Proex, Dirae e com a Diex.

Ao longo do exercício, o cronograma de execução dos trabalhos, se necessário, poderá sofrer alterações em função de fatores que prejudiquem à sua realização no período estipulado, tais como: treinamentos, trabalhos especiais, atendimento ao TCU, Ministério da Transparência, Fiscalização e CGU, à Reitoria e à solicitação de alguns setores. Também cabe mencionar que ações do PAINT 2017 não executadas no exercício de 2017 serão inseridas ao longo do PAINT de 2018.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2018.

Danielle Silva de Araujo
Chefe da Auditoria Interna

Danielle Silva de Araujo
Chefe da Auditoria Interna
Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ
Portaria: n.º 12 de 13/01/2015

BIBLIOGRAFIA

CGU. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Controladoria-Geral Da União. Instrução Normativa nº 24, de 17 DE NOVEMBRO DE 2015. **Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), os trabalhos de auditoria realizados pelas unidades de auditoria interna e o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT) e dá outras providências.** 2015. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoes-normativas/in_cgu_24_2015.pdf>. Acesso em: 01 out 2017.

IFRJ. **Projeto Pedagógico Institucional: PPI /** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IFRJ, 2015. Disponível em: < http://www.ifrj.edu.br/sites/default/files/webfm/images/PPI%202014-2018.pdf>. Acesso em: 01 out 2017.

____. Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para da Evasão e Retenção. Rio de Janeiro: IFRJ, 2016.

____. **Planejamento Estratégico IFRJ 2018-2021 /** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IFRJ, 2017.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia e práticas** - 23ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

INSTITUTO FEDERAL
Rio de Janeiro

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ANEXO I

Principais temas e atividades institucionais do IFRJ relativos a área finalística da Proppi, Prograd, Proet, Proex, Dirae, Diex

Principais tema e atividades institucionais do IFRJ relativos a área finalística da PROPPI, PROGRAD, PROET, PROEX, DIRAE, DIEX

										Planejamento Estratégico 2017-2021			Plano de desenvolvimento institucional PDI : 2014-2018			Aspectos de relevância baseado no P. Estratégico e no PDI	Criticidade							
Processos e Atividades Institucionais	**SETOR**	**Processos e Atividades Institucionais Processo Finalístico (Temas)**	**Documentos Institucionais**	**Qual a relevância do tema na atividade finalística do IFRJ?**	**O processo está devidamente mapeado e publicado? Existe descrição dos fluxos em notação?**	**Valor atribuído**	**Existem normas e regulamentos atualizados que amparam o processo (considerando normas e legislação atual)? As normas e regulamentos estão publicizados aos interessados?**	**Valor atribuído**	**Observações**	**Planejamento estratégico**	**Valor atribuído**	**Objetivos estratégicos**	**PDI**	**Valor atribuído**	**Fraquezas PDI**	**Aspectos de relevância**	**Intervalo de tempo entre a última auditoria realizada e o momento do planejamento**	**Valor atribuído**	**Atividade descentralizada realizada por unidade gestora pertencente à instituição**	**Valor atribuído**	**Falha/falta conhecida nos controles internos da instituição**	**Valor atribuído**	**Total**	**Probabilidade**	**Risco associado à probabilidade**
	PROET/ PROGRAD/ *campi*	Permanência e êxito dos estudantes [1]	Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para a Evasão e Retenção - 2016	10	Não - grau 5	5	Sim - mas não publicado - grau 3	3	Ação extremamente relevante para a área de ensino. Porém o processo é gerenciado pelos Campi seguindo o Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para a Evasão e Retenção - 2016.	sim	10	Implementar práticas pedagógicas transformadoras e adequadas para os diferentes níveis e modalidades de ensino	sim	10	Insuficiência de Políticas de acesso, permanência êxito acadêmico	5	acima de 30 meses	5	Atividade descentralizada	5	Falhas de controles internos desconhecidas	1	**54**	**90,00%**	Risco crítico
	Diretoria de Rede de Assistência Estudantil - DIRAE	Assistência Estudantil	Lei Federal: Decreto Nº7234, de 19 de Julho de 2010 que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Internos: Resolução Nº11 de 08 de Junho de 2011 que dispõe sobre o Regulamento da Assitência Estudantil do IFRJ; Manual da Assitência Estudantil do IFRJ; Instrução Normativa Nº01/2013, de 26 de março de 2013 (anexo à Portari nº037/2013/GR, de 26/03/2013): dispõe sobre as normas e procedimentos para editais internos do Programa de Assistência Estudantil do IFRJ;	8	Não - grau 5	5	Sim - mas não publicado ou desatualizado - grau 3	3		sim	10	Promover a assistência estudantil com ênfase na inclusão	sim	10	Insuficiência de Políticas de acesso, permanência êxito acadêmico;	5	de 18 a 24 meses	3	Atividade descentralizada	5	Falhas de controles internos conhecidas	4	**53**	**88,33%**	Risco crítico
	PROGRAD	Estágios dos Cursos de Nível Superior	Regulamento de Atividades Complementares dos Cursos de Licenciatura Regulamentos das Atividades Complementares dos Cursos de Bacharelado Regulamento do Estágio dos Cursos de Licenciaturas Regulamento de Estágio do Curso de Bacharelado em Química Regulamento de Estágio do Curso de Bacharelado em Produção Cultural Regulamento de Estágio do Curso de Farmácia Regulamento de Estágio de Fisioterapia Regulamento de Estágio do Curso de Ciências Biológicas Regulamento de Estágio do Curso de Terapia Ocupacional	10	Não - grau 5	5	Sim - grau 1	1		sim	10	Implementar práticas pedagógicas transformadoras e adequadas para os diferentes níveis e modalidades de ensino	sim	10	Insuficiência de Políticas de acesso, permanência êxito acadêmico	5	acima de 30 meses	5	Atividade descentralizada	5	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**51**	**85,00%**	Risco crítico
	PROET	CONSELHOS DE CLASSE	Regulamento dos Conselhos de Classe. Resolução nº 19, de 19 de abril de 2013 do IFRJ.	10	Não - grau 5	5	Sim - grau 1	1		sim	10	Implementar práticas pedagógicas transformadoras e adequadas para os diferentes níveis e modalidades de ensino	sim	10	Insuficiência de Políticas de acesso, permanência êxito acadêmico	5	acima de 30 meses	5	Atividade descentralizada	5	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**51**	**85,00%**	Risco crítico
	PROET	Recuperação Paralela	• Lei n° 9.394/96 (Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB); • Parecer CNE/CEB n° 5/97; • Parecer CNE/CEB n° 12/97; • Regulamento da Educação Profissional Técnica e Nível Médio e do Ensino Médio do IFRJ.	10	Não - grau 5	5	Sim - grau 1	1		sim	10	Implementar práticas pedagógicas transformadoras e adequadas para os diferentes níveis e modalidades de ensino	sim	10	Insuficiência de Políticas de acesso, permanência êxito acadêmico	5	acima de 30 meses	5	Atividade descentralizada	5	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**51**	**85,00%**	Risco crítico
	DIEX	Gestão da comunicação institucional (AsCom) [2]	A política de comunicação institucional encontra-se em fase de elaboração pelos servidores do setor. Somente após a conclusão da mesma será possível estabelecer normas e mapear os processos.	8	Não - grau 5	5	Não - grau 5	5	Não há	sim	10	Aperfeiçoar a comunicação institucional	sim	10	Comunicação interna e fluxo de informação deficitário e "Marketing institucional"	5	acima de 30 meses	5	Atividade não descentralizada	3	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**51**	**85,00%**	Risco crítico
	PROGRAD	Programas e Projetos	PBP - Programa de Bolsa Permanência	10	Não - grau 5	5	Sim - grau 1	1		sim	10	Promover a assistência estudantil com ênfase na inclusão	sim	10	Insuficiência de Políticas de acesso, permanência êxito acadêmico	5	acima de 30 meses	5	Atividade não descentralizada	3	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**49**	**81,67%**	Risco crítico
	PROGRAD	Programa de Ações Afirmativas na Graduação- INCLUIR IFRJ	Em 2015, teve início o Programa de Ações Afirmativas na Graduação- INCLUIR IFRJ, dando continuidade ao Pró-cotas. Esse programa é uma iniciativa da PROGRAD que visa acompanhar e avaliar os estudantes que ingressaram nos cursos de graduação por meio das Ações Afirmativas buscando, por meio dos dados coletados, pensar estratégias e políticas para viabilizar a permanência e êxito desses estudantes (PPI - 2014-2018)	10	Não - grau 5	5	Sim - grau 1	1		sim	10	Promover a assistência estudantil com ênfase na inclusão	sim	10	Insuficiência de Políticas de acesso, permanência êxito acadêmico	5	acima de 30 meses	5	Atividade não descentralizada	3	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**49**	**81,67%**	Risco crítico
	PROEX	Programa de Estágio	CGIEE	10	Sim - mas não publicado ou desatualizado - grau 3	3	Sim - grau 1	1	Resolução CONSUP Nº 5, 25/02/2016 Regulamento de Estágio	sim	10	Contribuições para o avanço científico, tecnológico e produtivo e Ampliar parcerias com o setor produtivo e instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais	sim	10	Insuficiência de Políticas de acesso, permanência êxito acadêmico	5	acima de 30 meses	5	Atividade descentralizada	5	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**49**	**81,67%**	Risco crítico
Parcerias e relações institucionais	**PROPPI**	Programas de Iniciação Científica no IFRJ	PIBIC	8	Não - grau 5	5	Sim - grau 1	1		sim	10	Contribuições para o avanço científico, tecnológico e produtivo	sim	10	Insuficiência de Políticas de acesso, permanência êxito acadêmico	5	acima de 30 meses	5	Atividade não descentralizada	3	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**47**	**78,33%**	Risco crítico
	PROGRAD	Programas de Monitoria Acadêmica	Resolução ConSup nº 13 de 2016 - Aprova o Regulamento de Monitoria Acadêmica do Ensino de Graduação do IFRJ. Já a Monitoria Acadêmica é uma atividade auxiliar à docência, exercida por estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação. Os estudantes atuam sob a orientação dos professores das disciplinas, auxiliando outros estudantes, esclarecendo dúvidas, visando à melhoria do desempenho acadêmico, através de estudos orientados. (PPI - 2014-2018)	10	Não - grau 5	5	Sim - grau 1	1		sim	10	Implementar práticas pedagógicas transformadoras e adequadas para os diferentes níveis e modalidades de ensino		-		4	acima de 30 meses	5	Atividade descentralizada	5	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**40**	**66,67%**	Risco alto
	PROEX	Núcleo de Gênero, Diversidades e Sexualidade - NUGEDS	COGED	10	Não - grau 5	5	Sim - mas não publicado - grau 3	3	Tem normas/sem regulamento	sim	10	Fortalecer e diversificar as ações voltadas à educação inclusiva		-		4	acima de 30 meses	5	Atividade não descentralizada	3	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**40**	**66,67%**	Risco alto
	PROGRAD	Programas e Projetos	PET - O Programa de Educação Tutorial - PET;	10	Não - grau 5	5	Sim - grau 1	1		sim	10	Implementar práticas pedagógicas transformadoras e adequadas para os diferentes níveis e modalidades de ensino		-		4	acima de 30 meses	5	Atividade não descentralizada	3	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**38**	**63,33%**	Risco alto

Processos e Atividades Institucionais	SETOR	Processos e Atividades Institucionais Processo Finalístico (Temas)	Documentos Institucionais	Qual a relevância do tema na atividade finalística do IFRJ?	O processo está devidamente mapeado e publicado? Existe descrição dos fluxos em notação?	Valor atribuido	Existem normas e regulamentos atualizados que amparam o processo (considerando normas e legislação atual)? As normas e regulamentos estão publicizados aos interessados?	Valor atribuido	Observações	Planejamento estratégico	Valor atribuido	Objetivos estratégicos	PDI	Valor atribuido	Fraquezas PDI	Aspectos de relevância	Intervalo de tempo entre a última auditoria realizada e o momento do planejamento	Valor atribuido	Atividade descentralizada realizada por unidade gestora pertencente à instituição	Valor atribuido	Falha/falta conhecida nos controles internos da instituição	Valor atribuido	Total	Probabilidade	Risco associado à probabilidade
	PROEX	Programa de Visitas Técnicas	CGIEE	10	Sim - mas não publicado ou desatualizado - grau 3	3	Sim - grau 1	1	Tem normas/sem regulamento	sim	10	Profissionais em sintonia com as necessidades da sociedade e Implementar práticas pedagógicas transformadoras e adequadas para os diferentes níveis e modalidades de ensino		-		4	acima de 30 meses	5	Atividade descentralizada	5	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**38**	**63,33%**	Risco alto
	PROEX	Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas - NEABI	COGED	10	Sim - mas não publicado ou desatualizado - grau 3	3	Sim - mas não publicado - grau 3	3	Regulamento NEABI aprovado pelo CAEX aguarda análise CONSUP	sim	10	Fortalecer e diversificar as ações voltadas à educação inclusiva		-		4	acima de 30 meses	5	Atividade não descentralizada	3	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**38**	**63,33%**	Risco alto
	PROEX	Programa Formação de Platéia - artístico e cultural	CAC/CGPP	10	Sim - mas não publicado ou desatualizado - grau 3	3	Sim - mas não publicado - grau 3	3	Tem normas/sem regulamento	sim	10	Integrar e ampliar ensino, pesquisa e extensão		-		4	acima de 30 meses	5	Atividade não descentralizada	3	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**38**	**63,33%**	Risco alto
	PROEX	Festival Interuniversitário de Cultura - FESTFIC	CAC/CGPP	10	Sim - mas não publicado ou desatualizado - grau 3	3	Sim - mas não publicado - grau 3	3	Tem normas/sem regulamento	sim	10	Integrar e ampliar ensino, pesquisa e extensão		-		4	acima de 30 meses	5	Atividade não descentralizada	3	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**38**	**63,33%**	Risco alto
	DIEX	Ações e parcerias internacionais	Regulamento de Mobilidade Acadêmica Internacional em fase de elaboração por GT constituído para este fim.	8	Não - grau 5	5	Não - grau 5	5	Não há	sim	10	Ampliar parcerias com o setor produtivo e instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais		-		4	acima de 30 meses	5	Atividade não descentralizada	1	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**38**	**63,33%**	Risco alto
Ações e parcerias internacionais	**PROPPI**	REGULAMENTO DO NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICO (NIT/IFRJ)	Resolução nº 18 de 2015 do CanSup do IFRJ - Aprovar Ad Referendum - Política de Inovação e Propriedade Intelectual e o Regulamento Geral do Núcleo de Inovação Tecnológica	10	Não - grau 5	5	Sim - grau 1	1		sim	10	Contribuições para o avanço científico, tecnológico e produtivo		-		4	acima de 30 meses	5	Atividade não descentralizada	1	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**36**	**60,00%**	Risco alto
Programas de inclusão social	**PROPPI**	Programas de Iniciação Científica no IFRJ	PIBIC Jr	8	Não - grau 5	5	Sim - grau 1	1		sim	10	Contribuições para o avanço científico, tecnológico e produtivo		-		4	acima de 30 meses	5	Atividade não descentralizada	3	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**36**	**60,00%**	Risco alto
Ações de Extensão Tecnológica	**PROPPI**	Programas de Iniciação Científica no IFRJ	PIBITI	8	Não - grau 5	5	Sim - grau 1	1		sim	10	Contribuições para o avanço científico, tecnológico e produtivo		-		4	acima de 30 meses	5	Atividade não descentralizada	3	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**36**	**60,00%**	Risco alto
Articulação e fomento a estágios	**PROPPI**	Programas de Iniciação Científica no IFRJ	PIBITI Jr	8	Não - grau 5	5	Sim - grau 1	1		sim	10	Contribuições para o avanço científico, tecnológico e produtivo		-		4	acima de 30 meses	5	Atividade não descentralizada	3	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**36**	**60,00%**	Risco alto
	PROPPI	Programas de Iniciação Científica no IFRJ	PIBIC EM	8	Não - grau 5	5	Sim - grau 1	1		sim	10	Contribuições para o avanço científico, tecnológico e produtivo		-		4	acima de 30 meses	5	Atividade não descentralizada	3	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**36**	**60,00%**	Risco alto
	PROPPI	Programas de Iniciação Científica no IFRJ	PIVICT	8	Não - grau 5	5	Sim - grau 1	1		sim	10	Implementar práticas pedagógicas transformadoras e adequadas para os diferentes níveis e modalidades de ensino		-		4	acima de 30 meses	5	Atividade não descentralizada	3	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**36**	**60,00%**	Risco alto
	PROGRAD	Programas e Projetos	PIBID - O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docencia (PIBID);	10	Não - grau 5	5	Sim - grau 1	1		sim	10	Contribuições para o desenvolvimento socioeconômico estadual		-		4	Última auditoria realizada até 6 meses igual	0	Atividade descentralizada	5	Falhas de controles internos desconhecidas	1	**36**	**60,00%**	Risco alto
	PROET	REGULAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO E DO ENSINO MÉDIO	REGULAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO E DO ENSINO MÉDIO . Anexo à Resolução nº. 08 de 13 de março de 2015.	10	Não - grau 5	5	Sim - grau 1	1		sim	10	Implementar práticas pedagógicas transformadoras e adequadas para os diferentes níveis e modalidades de ensino		-		4	acima de 30 meses	5	Atividade não descentralizada	1	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**36**	**60,00%**	Risco alto
	PROEX	Núcleo de Atendimento à Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE	COGED	10	Sim - mas não publicado ou desatualizado - grau 3	3	Sim - grau 1	1	Resolução CONSUP Nº 55, 17/12/2014 Regulamento NAPNE	sim	10	Fortalecer e diversificar as ações voltadas à educação inclusiva		-		4	acima de 30 meses	5	Atividade não descentralizada	3	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**36**	**60,00%**	Risco alto
	PROEX	Programa Institucional de Voluntários para Iniciação às Atividades de Extensão – PIVIEX	CGPP	10	Sim - mas não publicado ou desatualizado - grau 3	3	Sim - grau 1	1	Publicação de edital/Regulamento IFRJ/Setec aguarda aprovação CONSUP	sim	10	Integrar e ampliar ensino, pesquisa e extensão		-		4	acima de 30 meses	5	Atividade não descentralizada	3	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**36**	**60,00%**	Risco alto
	PROPPI	PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INCENTIVO À INOVAÇÃO PROINOVA	PROINOVA	8	Não - grau 5	5	Sim - grau 1	1		sim	10	Contribuições para o avanço científico, tecnológico e produtivo		-		4	acima de 30 meses	5	Atividade não descentralizada	1	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**34**	**56,67%**	Risco alto
	PROEX	Programa de Oferecimento de Cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC	CGFIC	10	Sim - mas não publicado ou desatualizado - grau 3	3	Sim - grau 1	1	Regulamento FIC aguarda análise CONSUP	sim	10	Implementar práticas pedagógicas transformadoras e adequadas para os diferentes níveis e modalidades de ensino		-		4	acima de 30 meses	5	Atividade não descentralizada	1	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**34**	**56,67%**	Risco alto
	PROEX	Programa Institucional de Bolsas de Incentivo às Atividades de Extensão – PIBIEX	CGPP	10	Sim - mas não publicado ou desatualizado - grau 3	3	Sim - grau 1	1	Publicação de edital/Regulamento IFRJ/Setec aguarda aprovação CONSUP	sim	10	Integrar e ampliar ensino, pesquisa e extensão		-		4	acima de 30 meses	5	Atividade não descentralizada	1	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**34**	**56,67%**	Risco alto
	DIEX	Oferta de Educação à Distância (A DIEx, através da Diretoria Geral de Educação a Distância, não oferta cursos regulares na modalidade EaD; mas, gerencia o processo no âmbito regulatório, pedagógico e administrativo, institucionalmente. A oferta de cursos regulares de Educação à Distância é atribuição das unidades)	Os quatro regulamentos para oferta de Educação a Distância (FIC, Técnico, Graduação e Pós-Graduação) foram elaborados e encontra-se aprovados nos competentes acadêmicos; mas, dependem de aprovação do CONSUP para que possam ser institucionalizados.	10	Sim - grau 1	1	Sim - mas não publicado ou desatualizado - grau 3	3	Não há	sim	10	Consolidar a educação à distância nos diferentes níveis e modalidades de ensino		-		4	acima de 30 meses	5	Atividade não descentralizada	1	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**34**	**56,67%**	Risco alto

Processos e Atividades Institucionais	SETOR	Processos e Atividades Institucionais Processo Finalístico (Temas)	Documentos Institucionais	Qual a relevância do tema na atividade finalística do IFRJ?	O processo está devidamente mapeado e publicado? Existe descrição dos fluxos em notação?	Valor atribuído	Existem normas e regulamentos atualizados que amparam o processo (considerando normas e legislação atual)? As normas e regulamentos estão publicizados aos interessados?	Valor atribuído	Observações	Planejamento estratégico	Valor atribuído	Objetivos estratégicos	PDI	Valor atribuído	Fraquezas PDI	Aspectos de relevância	Intervalo de tempo entre a última auditoria realizada e o momento do planejamento	Valor atribuído	Atividade descentralizada realizada por unidade gestora pertencente à instituição	Valor atribuído	Falha/falta conhecida nos controles internos da instituição	Valor atribuído	Total	Probabilidade	Risco associado à probabilidade
	PROPPI	Programa PUBLIQUE	PUBLIQUE	7	Não - grau 5	5	Sim - grau 1	1		sim	10	Contribuições para o avanço científico, tecnológico e produtivo		-		4	acima de 30 meses	5	Atividade não descentralizada	1	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**33**	**55,00%**	Risco alto
Programas e projetos de Extensão	**PROPPI**	Programa Prociência	Editais e formulário de prestação de contas	8	Não - grau 5	5	Sim - grau 1	1		sim	10	Contribuições para o avanço científico, tecnológico e produtivo		-		4	de 18 a 24 meses	3	Atividade não descentralizada	1	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**32**	**53,33%**	Risco alto
	PROEX	Programa Institucional de Incentivo às Atividade de Extensão – PRÓ-EXTENSÃO	CGPP	10	Sim - mas não publicado ou desatualizado - grau 3	3	Sim - grau 1	1	Publicação de edital/sem regulamento	sim	10	Integrar e ampliar ensino, pesquisa e extensão		-		4	de 18 a 24 meses	3	Atividade não descentralizada	1	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**32**	**53,33%**	Risco alto
	DIEX	Assessoria no processo de expansão em matéria de novas unidade		8	Não se aplica - grau 0	0	Sim - grau 1	1	Não há	sim	10	Consolidar a implantação dos campi da expansão		-		1	acima de 30 meses	5	Atividade não descentralizada	3	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**28**	**46,67%**	Risco médio
	DIEX	Registros acadêmicos (A DIEx , através da Diretoria de Gestão Acadêmica não realiza registros acadêmicos em sentido lato. Os registros acadêmicos são de competência das Secretarias das unidades. Compete a Diretoria fazer a gestão do processo dos registros acadêmicos e, ao final da trajetória de estudos, realizar a conferência dos registros e emitir o competente documento de conclusão. Portanto, registros acadêmicos são de competência das Secretarias, existindo uniformidade de procedimentos mas não de organização das unidades, dada a compreensão de 'autonomia' dos campi).	Os registros acadêmicos realizados no âmbito da DGA, restritos a emissão e registro de certificados e diplomas, possuem legislação específica aplicável ao processo. O regulamento de registros acadêmicos encontra-se em fase de elaboração pelos servidores do setor.	10	Sim - mas não publicado - grau 3	3	Sim - mas não publicado ou desatualizado - grau 3	3	Não há	não	-			-		3	acima de 30 meses	5	Atividade não descentralizada	3	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**27**	**45,00%**	Risco médio
	PROEX	Programa de Egressos do nível médio-técnico	CGIEE	10	Não - grau 5	5	Sim - mas não publicado - grau 3	3	Tem normas/sem regulamento	não	-	-		-		2	acima de 30 meses	5	Atividade não descentralizada	1	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**26**	**43,33%**	Risco médio
	DIEX	Gestão de concursos e processos seletivos (DCPS)	Os processos seletivos são regidos por legislação específica e por Editais adequados/atualziados a cada processo seletivo. Existem algumas normas estabelecidas quanto a pontos específicos dos certames: composição de bancas de concursos docentes; remuneração de equipes de trabalho nos certames etc.	8	Não - grau 5	5	Sim - mas não publicado ou desatualizado - grau 3	3	Não há	não	-			-		2	acima de 30 meses	5	Atividade não descentralizada	3	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**26**	**43,33%**	Risco médio
	PROEX	Jogos Intercampi - competitivos e colaborativos	CAE/CGPP	10	Sim - mas não publicado ou desatualizado - grau 3	3	Sim - grau 1	1	Publicação de edital/sem regulamento	não	-	-		-		2	acima de 30 meses	5	Atividade não descentralizada	1	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**22**	**36,67%**	Risco médio
	DIEX	Gerenciamento de bibliotecas (A DIEx, através da Coordenação Geral de Bibliotecas, não gerencia bibliotecas; mas, coordena o processo de gestão das bibliotecas, que estão sob responsabilidade exclusiva das unidades. A coordenação de bibliotecas envolve as ações de orientação, normatização, padronização, capacitação e afins).	Resolução nº 23/2017 - Aprova o Regulamento Institucional das Bibliotecas	8	Não se aplica - grau 0	0	Sim - grau 1	1	Não há	não	-			-		2	acima de 30 meses	5	Atividade descentralizada	5	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**21**	**35,00%**	Risco médio
	PROPPI	Programa EQUIPAR	EQUIPAR	7	Não - grau 5	5	Sim - grau 1	1		não	-	-		-		1	acima de 30 meses	5	Atividade não descentralizada	1	Falhas de controles internos desconhecidas	0	**20**	**33,33%**	Risco médio

1 - Permanência e êxito dos estudantes - O mapeamento do processo não há a existência (o gestor não informou, mas diante da ausência da publicização do plano, a nota máxima foi dada por esta auditoria.
2 - Não é tema finalístico.

				10	Não - grau 5	5	Não - grau 5	5	Não há	sim	10	xxxx		10		5	acima de 30 meses	5	Atividade não descentralizada	5	Falhas de controles internos conhecidas	5	**60**	**100,00%**	